

Paula Raposo Borges

ACTA DA SESSÃO DE VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE

1

*Aprovada por maioria com 31 votos
a favor: 27 PPD/PSD, 2 CDS, 2 CDU e 8 abstenções*
ACTA 2/2012 7 PS e 1 BE.

-- Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, sob a presidência da Primeira Secretária, Senhora Dona Paula Cristina Silvério Raposo Borges, na Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e doze, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: Antes da Ordem do Dia – Eleição da Mesa da Assembleia Municipal; Ordem do Dia - 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira; 2) IGAL – Inspeção Geral da Administração Local – Inspeção Ordinária ao Município de Mafra – Relatórios Parcelares n.ºs 1,2 e 4; 3) Declarações ao abrigo do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (*Lei dos Compromissos*); 4) Amagás – Associação de Municípios para o Gás; Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; Matadouro Regional de Mafra; Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada; Giatul – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM e Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA; Relatórios e Contas do Ano de 2011; 5) Senhas de Presença – Parecer Jurídico sobre proposta apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária; 6) Eleição de Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal; 7) Assunção de compromissos plurianuais – Aquisições de serviços nas áreas da Educação e das Telecomunicações; 8) Prestação de Contas do Ano Económico de 2011; 9) Modificação aos Documentos Previsionais – 1.ª Revisão. -----

-- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Paula Cristina Silvério Raposo Borges, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís António Duarte Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: Paula Cristina Silvério Raposo Borges (Primeira Secretária), Américo José de Oliveira Peralta, Ana Rute Júlio Azeiteiro, António Francisco Machado (Presidente da Freguesia da Carvoeira), António Manuel da Silva Mansura (Presidente da Freguesia da Ericeira), António Manuel Gomes Garcia Branco, António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra), Carlos Alberto André Batalha, Carlos Alberto dos Reis, Carlos Jorge dos Reis Esteves (Presidente da Freguesia de Santo Estêvão das Galés), Daniela Filipa Batista da Costa, Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da Freguesia da Igreja Nova), Filipe Miguel Martins Estrela Infante, Hélder Luís Alves Ramos (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro), Hugo Manuel Moreira Luís, Ivo Tiago Marques Caracol, João Lima Pereira Gaito (Presidente da Freguesia de Vila Franca do Rosário), Joaquim Manuel Ribas da Costa (Presidente da Freguesia da Malveira), Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz, José Alberto de Barros Quintã (Presidente da Freguesia de Sobral da Abelheira), José João Lopes Costa, José Lourenço Alves Nascimento, que substitui Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia da Encarnação), Júlio Manuel Lopes, Licínia Correia Batista Quitério, Luís Filipe de Almeida Cordeiro (Presidente da Freguesia do Gradil), Manuel Maria Pimenta, Maria Beatriz Severino Gonçalves, que substitui Daniel Duarte Marchante, Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões (Presidente da Freguesia da Azueira), Maria Lúcia da Silva Oliveira Carvalho, Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões (Presidente da Freguesia da Enxara do Bispo), Mário João Acúrcio Vicente (Presidente da Freguesia de Cheleiros), Mário Manuel Costa Pereira, Miguel Ângelo da Silva Correia, Paulo Frederico E. Alves Fernandes Pardal Morcela, Rui Veríssimo Jorge (Presidente da Freguesia de São Miguel de Alcainça), Sérgio Alberto Marques dos Santos, Tiago Miguel Plácido Nunes, Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues (Presidente da Freguesia da Venda do Pinheiro) e, por último, Luís António Duarte Ribeiro Alves (Segundo Secretário). Verificaram-se as seguintes ausências: Aníbal Rolim Ferra, Cristina

Lucília Gonçalves Loureiro, Daniel Duarte Marchante, Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado, Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia da Encarnação) e Paulo Jorge da Conceição Ricardo (Presidente da Freguesia do Milharado), cujas faltas a mesa da Assembleia Municipal deliberou justificar. Verificou-se, ainda, a ausência de Teresa Jesus Afonso Alexandre, cuja falta não foi justificada. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**, procedendo-se à Eleição da Mesa da Assembleia Municipal. -----

-- Sobre este assunto, o Senhor Joaquim Biancard Cruz informou: "a bancada do PPD/ PSD tem a honra e o prazer de indicar a Senhora Doutora Paula Borges para assumir as funções de Presidente da Assembleia Municipal de Mafra pelo seu testemunho técnico e altamente qualificado prestado enquanto Secretária desta Assembleia. Na sua vida curricular e profissional sempre mostrou ser uma jurista de excepção, brio e talento. Na sua formação pessoal, sou testemunha das suas qualidades humanas e éticas. Não se trata de uma indicação meramente por cotas em função do género, mas sim porque o seu engenho, talento e arte assim o justificam. No entanto, caso a sua candidatura seja vencedora, é a primeira mulher mafrense a assumir tal cargo, um facto inédito na história deste Concelho. A lista apresentada a esta Assembleia é composta por cidadãos qualificados, que muito nos honram: o Senhor Américo Peralta e a Senhora Dona Cristina Loureiro. Irei, assim, entregar, a referida lista à Senhora Presidente da Assembleia em exercício." A proposta do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata é anexada à presente acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- A Senhora Dona Paula Raposo Borges acrescentou: "quero, desde já, exprimir o meu profundo agradecimento pelas simpáticas palavras que me dirigiu o senhor membro da Assembleia Municipal Joaquim Biancard Cruz, que me deixaram emocionada. Queria igualmente perguntar se existem mais algumas listas candidatas à eleição da mesa da Assembleia Municipal?"-----

-- Verificou-se a não existência de mais listas, pelo que a Senhora Dona Paula Raposo Borges prosseguiu: "a única lista candidata à mesa da Assembleia Municipal é composta por: mim própria, que a encabeço; pelo Senhor Américo José Oliveira Peralta como Primeiro Secretário; e como Segunda Secretária pela Senhora Dona Cristina Lucília Gonçalves Loureiro." -----

-- Passou-se à distribuição dos boletins de voto e seguidamente à votação por escrutínio secreto. Foi apurado o seguinte resultado: trinta e dois votos a favor, um nulo, um contra e quatro abstenções. Em resultado desta votação, a Mesa da Assembleia Municipal ficou assim constituída: PRESIDENTE: Paula Cristina Silvério Raposo Borges; PRIMEIRO SECRETÁRIO: Américo José Oliveira Peralta; SEGUNDA SECRETÁRIA: Cristina Lucília Gonçalves Loureiro. -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Raposo Borges, agradeceu ao Senhor Luís Ribeiro Alves, que cessa funções, o contributo no regular funcionamento da mesa cessante. Acrescentou ainda: "queria dirigir-me ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, ao público que nos acompanha e aos Senhores Membros eleitos da Assembleia Municipal e aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, a quem, desde já, agradeço o voto e, sobretudo, a confiança depositada nesta mesa da Assembleia Municipal. Permitam-me que saliente a enorme honra e o orgulho que sentimos por termos a oportunidade de desempenharmos estas funções. O orgulho e a honra são tanto maiores quanto é certo que sucedo a um conjunto de ilustres mafrenses que dedicaram parte substancial da sua vida à causa pública. Nesta Assembleia e fora dela deram um contributo inestimável para a sua dignificação e para o exercício cabal das competências que, por Lei, nos estão confiadas. Não posso deixar de destacar o Senhor Doutor Joaquim Sardinha, presidente cessante, cuja mesa da Assembleia tive o privilégio de integrar. O Senhor Doutor Joaquim Sardinha foi um presidente isento, disponível e recto na condução dos trabalhos. Espero que a nova mesa possa estar à altura do seu legado ao serviço dos mafrenses. Tentando fazer jus à convicção masculina que se vai enraizando de que as mulheres são mais

pragmáticas, passarei de imediato à enunciação não exaustiva de algumas acções que tenciono pôr em prática, naturalmente com o acordo dos senhores membros da Assembleia Municipal, em particular dos líderes dos respectivos grupos políticos. Assim, e como primeiro ponto, gostava de falar da elaboração da ordem de trabalhos. É evidente que a elaboração da ordem de trabalhos é uma competência da mesa da Assembleia e, portanto, não é possível, nem desejável, a partilha ou a renúncia pela mesa de tal competência. Julgo, no entanto, que pode, e deve ser, implementada a prática da auscultação e audição dos senhores líderes dos grupos parlamentares municipais no momento anterior ao exercício deste poder por parte da mesa da Assembleia Municipal. O objectivo será colher contributos e iniciar *ex-ante* o reforço do diálogo que entendo que deve ser permanente entre as forças políticas contribuindo para a melhoria do andamento dos nossos trabalhos. Também proponho ainda que sejam futuramente agendadas visitas com os senhores líderes dos grupos municipais a um conjunto alargado de realidades sobre as quais recorrentemente discutimos e deliberamos aqui nesta casa. Começo por sugerir, por exemplo, visitas que podemos fazer à Giatul, que agora foi fundida com a Pavimafra, às escolas, ao Parque Desportivo Municipal, ao Matadouro Regional, à Mafreduca e tantas outras realidades que aqui tratamos com rigor e que julgo que a nossa deliberação podia ser enriquecida com o contacto com essas mesmas realidades no terreno. Outra sugestão prende-se com a emergência de uma situação social que se vem agravando a nível nacional e que me leva a propor aos senhores líderes dos grupos parlamentares reuniões não apenas no âmbito dos trabalhos da Assembleia Municipal, mas também com os responsáveis camarários a quem, desde já também, lanço este desafio. Considero importante, perante a crise social que emerge, ter a Assembleia Municipal a possibilidade de tomar conhecimento do tipo e das formas do apoio social que foram gizadas por este Executivo Camarário, bem como do andamento da sua execução, pois só assim poderemos monitorizar este momento que a nível nacional, e até internacional, se configura como um momento de particular dificuldade. Todas estas acções serão efectuadas no estrito cumprimento do recorte legal das atribuições que nos estão confiadas, sem nunca o ultrapassarmos. Penso que podemos, e devemos, fazer um pouco mais em termos de acompanhamento de actividades da Câmara. Por fim, queria lançar um repto aos senhores membros da Assembleia Municipal, na expectativa que não considerem um atrevimento de recém-empossada: trata-se de um convite a uma reflexão conjunta que teremos, certamente, oportunidade de aprofundar em futuras ocasiões. Passo a explicar: sinto-me particularmente privilegiada por poder usufruir nestas sessões do ambiente especial, quase mágico, que só um monumento desta imponência, grandiosidade e história nos pode emprestar, sentia o mesmo quando comecei a exercer advocacia numa outra ala deste mesmo palácio. Contudo, não posso ficar indiferente à circunstância de, em todas as sessões da Assembleia Municipal, se verificar que parte substancial do público tem de ficar à porta, da mesma forma que se verifica que, na maior parte das vezes, os senhores Vereadores têm que se acotovelar para virem cumprir as funções para que foram designados. Tenho a ousadia de convidar os senhores membros da Assembleia a sopesarem comigo, em futura ocasião, para chegarmos a uma solução com consenso alargado, identificando com clareza e de forma desapaixonada as vantagens e os inconvenientes deste espaço para realizarmos as nossas sessões, bem como as alternativas que, porventura, poderemos encontrar a este espaço, se assim o entendermos. É uma sugestão de reflexão que aqui deixo. Vou terminar a minha intervenção com um compromisso: a mesa que agora foi eleita, à semelhança da cessante, tudo fará, no limite das suas competências, para a continuação da dignificação desta Assembleia. Oxalá consigamos que o nosso esforço e contínua dedicação estejam à altura da confiança que Vossas Excelências depositaram em nós e, sobretudo, à altura do excelente trabalho que, do meu ponto de vista e de muitos mafrenses, vem sendo desenvolvido neste Concelho em prol dos munícipes, que tanto orgulho temos em representar." -----

-- Interveio a Senhora Dona Daniela Costa para apresentar um voto de louvor: "coube-me a mim apresentar um voto de louvor ao Doutor Joaquim Sardinha, visto que eu era membro suplente, vindo agora substituí-lo." O referido voto de louvor é anexado a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. Acrescentou ainda um poema de Alexandre O'Neill que: "acho que se adequa muito bem à personalidade do Senhor Doutor Joaquim Sardinha, pois foi e será sempre um amigo de Mafra, tendo realizado um trabalho útil e muito fértil. Passo a ler: «Mal nos conhecemos inauguramos a palavra amigo! Amigo é um sorriso de boca em boca, um olhar bem limpo. Uma casa, mesmo modesta, que se oferece. Um coração pronto a pulsar na nossa mão! Amigo (recordam-se, vocês aí, escrupulosos detritos?) Amigo é o contrário de inimigo! Amigo é o erro corrigido, não o erro perseguido, explorado. É a verdade partilhada, praticada. Amigo é a solidão derrotada! Amigo é uma grande tarefa, um trabalho sem fim, um espaço útil, um tempo fértil. Amigo vai ser, é já uma grande festa.»" -----

-- No uso da palavra, o Senhor António Branco dirigiu-se à Presidente da Assembleia Municipal: "pretendo saudar a sua eleição como Presidente da Assembleia Municipal. Queria também desejar ao Primeiro Secretário os maiores sucessos. O Partido Socialista naturalmente tudo fará para tornar a vossa função elevada. Da minha parte, podem contar com a minha colaboração." -----

-- Interveio a Senhora Dona Licínia Quitério para dizer: "é com muito prazer que o nosso grupo municipal felicita a nova Presidente da Assembleia Municipal, desejando-lhe as maiores felicidades. Que corra tudo tão bem, ou melhor ainda, do que correram as coisas na presidência do Doutor Joaquim Sardinha. Regozijo-me por saudar uma mulher. Trago igualmente aqui uma saudação ao vinte e cinco de Abril, que pretendemos apresentar." Passou a ler o texto que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO TRÊS. -----

-- A Senhora Dona Lúcia Carvalho apresentou igualmente um texto sobre o vinte e cinco de Abril, que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO QUATRO. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz disse: "desde a última Assembleia Municipal até esta, gostaria de indicar aqui algumas situações que fazem parte da vida quotidiana no Concelho de Mafra. Uma delas é o Grande Prémio Património da União Europeia "Europa Nostra", para o restauro dos órgãos do Convento, levado a cabo pelo Mestre Organeiro Dinarte Machado. Segundo a imprensa, também percebi que dia dois de Junho vem cá mesmo a Mafra o Presidente da Assembleia Geral deste prémio, o famoso tenor Plácido Domingo. Mais uma vez, o Palácio a destacar-se além-fronteiras. Tivemos também a honra de receber o Excelentíssimo Senhor Presidente da República e o seu homólogo austríaco, numa visita oficial a Portugal. Soubemos também da intoxicação alimentar que envolveu quarenta mafrenses e dos assaltos que se verificaram a bombas de gasolina. Gostaria de fazer uma primeira pergunta ao Executivo Camarário, relativamente ao IMI. Não sei se o Executivo já tem alguma posição, ou mesmo algum estudo, sobre o impacto da nova portaria de dezoito de Abril, cento e seis de dois mil e doze, nas contas correntes de Mafra? Não posso deixar de salientar algumas iniciativas, algumas promovidas pela Câmara, designadamente as Férias Vivas, a participação da Autarquia na BTL, as Jornadas da Juventude e o IADE Creative Week, na Ericeira. Não esquecer ainda que Ribeira d'Ilhas é pré-finalista das Sete Maravilhas «Praias de Portugal», na categoria de Uso Desportivo; os dez anos da Escola Básica Hélia Correia, onde já se formaram milhares de alunos. Gostaria também de saber qual é o ponto de situação relativamente à classificação deste edifício como Património Mundial da UNESCO? Por outro lado, estarão concluídas as obras na frente do Palácio Nacional de Mafra para os Jogos Desportivos da CPLP? Não posso também deixar de proferir uma nota sobre o vinte e cinco de Abril. Considero que o vinte e cinco de Abril foi o início de um processo para o amadurecimento democrático, só mais tarde em Novembro é que respirámos uma democracia mais sedimentada e que deixa de ter a ameaça de outros extremismos, nomeadamente de extrema-esquerda. Considero que devemos sempre pensar nesta maturidade democrática nesta data e naquilo que temos que

evoluir democraticamente. Ponho à consideração três pontos que são aqueles que, pessoalmente, mais me preocupam em termos da tal maturidade democrática. Uma delas é a justiça, não considero que a justiça seja para uns e não seja para outros. Um segundo ponto que considero, em termos da democracia, é que não se deve esquecer nunca a responsabilidade social dos mais carenciados, reunindo esforços para aqueles que mais precisam e de redistribuir os dinheiros de forma mais eficaz e proactiva. O Estado, nos últimos anos, tem desenvolvido muitos esforços na captação de impostos, mas não tem desenvolvido muitos esforços num tratamento a cada cidadão, consoante o seu rendimento. As pessoas reformadas não têm que ser necessariamente pobres, há reformas e reformas... Uma família grande não quer dizer que seja pobre. Este exercício de democracia deve estar presente. Relativamente ainda à democracia, carece a mesma de uma responsabilização do Governo e dos principais partidos em relação à sustentabilidade das contas públicas, algo que foi posto em causa nos últimos anos de governação. A sustentabilidade das contas públicas não se faz em demagogia, prometendo ao povo aquilo que não se pode pagar, deixando factores para gerações vindouras." --

-- Interveio o Senhor Alves Pardal, dirigindo-se à Presidente da Assembleia Municipal: "queria felicitá-la vivamente pela sua recém-eleição, bem como a todos os seus colegas de mesa. Votos de sucesso e bom trabalho até ao final do mandato. Fiquei bastante agradado pelas palavras que dirigiu à Assembleia. Não está cá o nosso colega do Bloco de Esquerda, mas um dos pontos que vinha aqui referir era prestar as minhas condolências pelo falecimento prematuro do Doutor Miguel Portas. Por último, na sequência do vinte e cinco de Abril, destaco três grandes datas: o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, sem ele nada teria sido possível; o vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, que permitiu que o processo de construção da democracia seguisse o seu rumo natural; e depois Abril de mil novecentos e setenta e seis, que foi a aprovação da constituição na sua versão original. Fruto de todo esse trabalho, de todas essas datas, é fundamental conseguirmos consolidar os nossos valores democráticos, do Estado de direito, importantes na nossa história e relevantes para o futuro colectivo." -----

-- Usando da palavra, a Senhora Dona Beatriz Severino Gonçalves disse: "fico muito satisfeita que seja uma mulher a presidir à Assembleia Municipal. Gostaria de referir que tivemos um Inverno seco, de seca extrema. Os níveis de água das barragens estão abaixo dos níveis que seriam desejáveis para esta altura do ano. Em Abril tem chovido praticamente todos os dias. Todos os dias nos pedem poupança. Não percebo é porque é que, chovendo todos os dias, nos nossos jardins e rotundas do Concelho continuam a regar. Nós poupamos em casa todos os dias, mas não conseguimos poupar na água porque todos os anos sobe o seu valor. Queria pedir a quem de direito que olhasse para este ponto porque há uns sensores que podem ser colocados no sistema de rega que permite que este apenas dispare caso a terra necessite de água, ou então que alguém programe o relógio para não regar nestas alturas." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos, respondeu, dizendo: "felcito a mesa da Assembleia Municipal pela sua eleição. Sobre a poupança da água, a quantidade pluviométrica que tem caído nos últimos dias não ultrapassou ainda os dez centímetros de solo, que está praticamente seco. Além disso, a relva carece de água diária. Sobre os cinco por cento do IMI, não sabemos ainda quais serão as consequências da efectiva prática, além do que a Associação Nacional de Municípios Portugueses alega a inconstitucionalidade da norma. Estes cinco por cento são, no caso do Município de Mafra, mais quinhentos mil euros. Neste momento, temos um grupo de funcionários para fornecer toda a informação relativa a plantas e outras peças de cadastro dos edifícios, de modo a que os avaliadores das finanças procedam à correcção dos valores, o que tem um custo de cerca de três euros cada processo. O Estado paga dois euros a cada avaliador. Sobre a candidatura do Palácio, Convento e Tapada de Mafra a Património Mundial da UNESCO, tivemos uma audiência com o Secretário de Estado

da Cultura, que nos aconselhou a ter uma reunião com o Embaixador António de Almeida Ribeiro, Presidente da Comissão Nacional da UNESCO. Foi-nos garantido que há interesse, por parte deste órgão, em levar por diante a candidatura. Contudo, este processo depende de outros parceiros, como a Secretaria de Estado da Cultura, o Ministério da Defesa e o Patriarcado. Relativamente à realização dos Jogos Desportivos da CPLP, informo que as obras na frente do Palácio Nacional estarão concluídas até final de Junho. O arruamento vai estar pronto, o passeio não. Os tapumes desaparecerão e o trânsito circulará na nova via.” -----

-- Não se verificando inscrições, prosseguiu-se com a votação da acta número um de dois mil e doze. -----

-- O Senhor José João Costa referiu: “saúdo-a pelo cargo que vai exercer. Esta acta não foi distribuída com a restante documentação. Pelo menos, eu não tive acesso a essa acta.” -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a referida acta se encontrava disponível para consulta no *link* criado para o efeito pela Câmara Municipal. -----

-- Procedeu-se à votação da acta, tendo esta sido aprovada por maioria, com sete votos a favor do PS, um da CDU, dois do CDS/PP e vinte e cinco do PPD/ PSD, e quatro abstenções, duas do PS, uma do PSD e outra da CDU. -----

-- Deu-se sequência à votação do voto de louvor apresentado, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

-- Concluído o período de **antes da Ordem do Dia**, deu-se início ao período da **Ordem do Dia**. -----

--- Deu-se sequência ao **primeiro ponto** denominado **“Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira”**. -

-- Não se verificaram intervenções, pelo que se prosseguiu com o segundo ponto designado **“IGAL – Inspeção Geral da Administração Local – Inspeção Ordinária ao Município de Mafra – Relatórios Parcelares n.ºs 1,2 e 4”**. -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que este ponto surge como complemento do referido na acta número cinco de dois mil e onze. Os relatórios principais e parcelares foram remetidos e igualmente distribuídos aos líderes de bancada, em função da reserva que lhe é própria. -----

-- Interveio o Senhor Miguel Ângelo Correia para dizer: “reforçando a introdução efectuada pela Doutora Paula Borges, queria que ficasse registado que tomei conhecimento da existência da inspecção e não do relatório.” -----

-- Não se verificaram mais inscrições, pelo que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor dos Relatórios Parcelares números um, dois e quatro da IGAL – Inspeção Geral da Administração Local, inerentes à Inspeção Ordinária ao Município de Mafra. -----

-- Foi introduzido o terceiro ponto denominado **“Declarações ao abrigo do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos)”**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que é o cumprimento da Lei dos Compromissos. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Alves Pardal disse: “todos temos sido confrontados com inúmera legislação sobre matérias financeiras. Esta é uma lei recente, datada de vinte e um de Fevereiro de dois mil e doze, que obriga a que os compromissos sejam declarados. É curioso porque existem aqui diversas regras dirigidas directamente aos responsáveis pela contabilidade, que não podem assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis. É difícil dirigir serviços públicos. De qualquer forma, sobre esta declaração que nos foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, tenho duas questões. A primeira reporta-se à primeira informação fornecida, sobre os compromissos plurianuais existentes a trinta e um de Dezembro de dois mil e onze. Verificamos que existem compromissos plurianuais até ao ano de dois mil e quarenta e quatro. Entre os diversos contratos que dão aso a estes compromissos, cita-se a Simtejo, a Mafreduca e a Ecoambiente. Esta declaração está conforme a Lei. A minha questão é se o Executivo Camarário nos poderá informar sobre o impacto que cada um

destes contratos tem ao nível dos compromissos plurianuais? Isto, de forma a sabermos, com maior exactidão, quais são os compromissos decorrentes da Simtejo, da Mafreduca e da Ecoambiente. Formulo, ainda, outra questão: verificamos que, à data de trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, existem pagamentos em atraso, bem como recebimentos em atraso. A diferença é de cerca de seis milhões de euros. A dificuldade que se verifica é que, entre os recebimentos em atraso, constam um elenco enorme de verbas pequenas, mas com referência a rendas de Janeiro de dois mil e doze. Porque é que a trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, quando deviam estar registados estes recebimentos em atraso, já constam aqui rendas relativas a dois mil e doze?" -----

-- O Senhor José João Costa disse: "faço minhas as palavras do Senhor Alves Pardal. As verbas que estão aqui consignadas não vêm explicitadas pelas empresas que estão contratadas com a Câmara. Há pouco foi aqui referido que os cinco por cento que vão retirar do IMI vão afectar a Câmara. Também notei, pelas contas da Câmara, que o próprio IMI não está a ser pago na totalidade, porquanto a situação do país possivelmente não o permite. Estes valores são altamente exagerados para o orçamento da Câmara. Por exemplo, no ano de dois mil e doze, são quinze milhões que estão afectados a esta situação. Por outro lado, gostaria que nos pudessem esclarecer se esta nova informação sobre os contratos que vão ser estabelecidos para as escolas, transportes escolares, alimentação e telecomunicações da Câmara estão nesta relação? Suponho que não. Aqui estão mais quatro milhões." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo: "é evidente que os contratos que vão ser estabelecidos não podiam vir aqui porque a relação que nos é pedida prende-se com os compromissos já assumidos. De qualquer forma, irei dar-vos em pormenor os montantes. O orçamento está a emagrecer, logo espero que a nova Lei das Finanças Locais ponha alguma justiça e equidade na repartição dos dinheiros para as Autarquias." Ainda sobre esta matéria, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, acrescentou: "esta lei de vinte e um de Fevereiro de dois mil e doze também reporta a situação dos compromissos e dos pagamentos em atraso às entidades públicas. Em aditamento, informo que o ano de dois mil e doze aparece com um valor mais elevado precisamente porque já tem compromissos assumidos para serem liquidados. A trinta e um de Dezembro já se previa aquilo que iria ser resolvido e regularizado em dois mil e doze, daí a razão de figurar um valor mais elevado. Estes pagamentos têm que ser registados de acordo com as regras que são agora determinadas pela Lei. A obrigação destes compromissos é também de fundos disponíveis. Os fundos disponíveis são acometidos dentro do pressuposto que há disponibilidade para, no prazo de noventa dias, ser regularizada a despesa entretanto efectuada." -----

-- Não se verificaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento das Declarações remetidas ao abrigo do artigo décimo quinto da Lei número oito/ dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro (*Lei dos Compromissos*). -

-- Introduziu-se o quarto ponto designado "**Amagás – Associação de Municípios para o Gás; Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; Matadouro Regional de Mafra; Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada; Giatul – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Rodísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM e Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA: Relatórios e Contas do Ano de 2011**". -----

-- O Senhor José João Costa referiu: "tomámos conhecimento deste ponto, mas tenho dúvidas. Está reportada a Mafratlântico, uma empresa que está em liquidação. Analisámos o relatório de contas, verificando-se um saldo negativo de seiscentos e sessenta e cinco mil euros. Como é sabido, foi pedida a extinção da

firma, a qual deve ser liquidada até ao final deste ano. Porém, existe nos activos fixos, na rubrica «Edifícios e outras construções», uma verba de seis milhões de euros provenientes do troço da estrada entre Mafra – Carapinheira e Juncal, a qual foi alienada indevidamente pela Câmara, conforme reserva transcrita na certificação legal de contas e pelo Tribunal de Contas. O esclarecimento pretendido reporta-se à situação desta estrada. Aquando da liquidação da empresa, este activo retorna à Câmara? Em que moldes será feita a transferência? Vai ser paga à Mafratlântico? Não há verba cativa no orçamento camarário, conjugando com as verbas que nos foram apresentadas através do orçamento camarário. Vai ser transferida para a Câmara noutros moldes? Em qualquer das situações, existem trezentos mil euros, correspondentes a cinco por cento do capital, que não são propriedade da Câmara, pois a Câmara detém noventa e cinco por cento do capital da Mafratlântico, e que deverão ser liquidados. Em virtude da situação em análise não estar devidamente explicitada, solicitamos o devido esclarecimento.” -----

-- Usando da palavra, o Senhor António Branco disse: “relativamente às contas das empresas participadas pela Câmara, incidi a análise sobre o Matadouro, Giatul e Pavimafra. Embora a Giatul e a Pavimafra estejam em processo de fusão, a situação que nos é apresentada é de equilíbrio. Relativamente à Mafratlântico, em dois mil e onze apresentou resultados que gostaria de ver esclarecidos. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, apresenta um valor de noventa e dois mil euros. De que fornecimentos e serviços se trata? Sobre as despesas com o pessoal, apresenta um valor de vinte mil euros. De que estamos a falar se está liquidado e não há pessoal? Sobre «Outros gastos e perdas», aqui está a explicação que são reparações prestadas pela Pavimafra na estabilização dos taludes. Era sobre estes aspectos que eu gostaria que fosse também esclarecido. Levanto ainda uma questão: no momento da liquidação, no final do corrente ano, o que vai acontecer em termos de responsabilidades da Câmara Municipal pelos dois milhões duzentos e oitenta e oito mil que já estão identificados? O accionista principal terá de assumir as responsabilidades relativamente a esta situação.” -----

-- Interveio o Senhor Hugo Moreira Luís para dizer: “começo por referir a Amagás, uma empresa em que o município de Mafra detém uma participação não societária de quatro por cento, o que implicou a sua exclusão do perímetro de consolidação das contas municipais. Fazendo uma apreciação, verificamos que, apesar da reduzida actividade, com volume de receitas anual na ordem dos sessenta e seis mil euros, a empresa apresentou um saldo positivo de oito mil euros. Esta presença na Amagás custa anualmente ao município de Mafra cerca de dois mil e setecentos euros. Relativamente à Município, empresa em que o município detém uma participação reduzida de dois ponto trinta e um por cento, também não entra para perímetro de consolidação das contas municipais. Fazendo uma apreciação, verificamos que esta empresa aumentou o seu volume de negócios em sessenta e quatro por cento, relativamente a dois mil e dez. Com um volume de negócios de três milhões, duzentos e setenta e dois mil euros, apresentou um resultado positivo de seis mil euros, traduzindo-se numa melhoria pouco significativa face aos anos anteriores. Esta empresa apresenta resultados transitados negativos, o que tem implicado transferências na proporção da participação social por parte dos municípios, dando cumprimento à regra de equilíbrio das contas para o sector empresarial local. Em relação à Simtejo, o mesmo enquadramento. Dada a participação financeira reduzida de três ponto cinco por cento, não foi incluída também no perímetro de consolidação. Relativamente a esta empresa, salientamos o volume de negócios de quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil euros, mais nove por cento em relação a dois mil e dez, e à redução do passivo, que, apesar de ascender a trezentos e nove milhões de euros, inclui dívida vencida de municípios fortemente devedores, como são o caso dos municípios de Lisboa, Loures, Odivelas, dívida vencida que ascende a vinte e nove milhões de euros. Por último, refiro-me ao Matadouro Regional de Mafra, empresa onde o município de Mafra detém uma participação de noventa e três ponto trinta e dois por cento. Esta empresa apresentou um volume de negócios de dois milhões e noventa e oito mil

euros, nove por cento superior ao ano de dois mil e dez. Também o *cash-flow* operacional positivo, de quatrocentos e cinquenta e três mil euros, com um crescimento de dezasseis por cento. Sendo este aumento do *cash-flow* superior ao do volume de negócios, podemos traduzir em termos de eficiência. A margem operacional de negócio é de vinte e um por cento, acima do que tem sido a média dos últimos anos. Refiro ainda a diminuição do passivo, de um milhão, cento e vinte e sete mil euros para oitocentos e dezassete mil euros, uma diminuição de trezentos e dez mil euros." -----

-- Em complemento à informação prestada pelo Senhor Hugo Moreira Luís, o Senhor Ivo Caracol continuou, dizendo: "a Giatul apresentou um nível de actividade bastante idêntico ao anterior. O resultado líquido aumentou ligeiramente, estando positivo, apresentando uma ligeira melhoria dos custos operacionais para a sua sustentação. A Pavimafra vai ser agregada à Giatul, apresentando também uma redução a nível dos custos de gestão. Tem um ligeiro decréscimo ao nível do volume de negócios, sendo que onde foi verificada maior variação foi a nível das rubricas de pagamentos e recebimentos. Também se verifica igualmente um acréscimo dos custos de capital, o que influencia a variação do resultado líquido da empresa. Relativamente à Tapada Nacional de Mafra, verificou-se um resultado líquido negativo de cerca de quinhentos euros. A actividade manteve-se, verificando-se um aumento dos custos de consumíveis, custos com materiais e aquisições para alimentação de animais, visto também termos tido pouca água. Aqui também não se verifica grande desperdício a nível operacional, um dos principais factores a nível empresarial que se pode optimizar hoje em dia. Por fim, sobre a Mafratlântico, existem alguns valores elevados, considerando a operação e a gestão corrente que se está a efectuar, cerca de meio milhão de euros que está referenciado como obras de reparação. Adicionalmente, existem as rubricas que falaram, relativamente a encargos e rubricas de activo que penso que estejam inseridas no protocolo de acordo de transferência para as Estradas de Portugal." ---

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente que disse: "relativamente à questão colocada pelo Senhor José João Costa, informo que a recomendação que foi feita pelo Tribunal de Contas já referia que a Câmara Municipal deveria retomar essa via mediante o pagamento à empresa Mafratlântico desse montante. O prazo de liquidação da Mafratlântico termina este ano, mas, de acordo com a Lei das Sociedades Comerciais, pode ser prorrogado por mais um ano, daí a razão de não aparecer nas nossas contas vertido o valor para ser englobado na apresentação de contas do município no ano de dois mil e doze. Julgamos que não será possível a liquidação ficar resolvida neste ano, uma vez que há processos em tribunal relacionados com as expropriações. Esse valor será assumido, ou não, porque também há outro valor que não está vertido. Passo a explicar. Existe uma reclamação por parte da Mafratlântico sobre o não acolhimento, à data do acordo, de uma verba de quatro milhões e oitocentos mil euros que, entendemos nós e o próprio Revisor Oficial de Contas, é devida às Estradas de Portugal e não à Mafratlântico. Há aqui um valor que está em discussão. No limite, e quando tudo estiver encerrado, o valor final apurado há-de ser responsabilidade da Câmara, sendo certo que há os parceiros privados, mas, infelizmente, já são empresas que declararam insolvência. No que refere aos recursos humanos, ainda temos uma funcionária que assegura a actividade de expediente e uma funcionária da limpeza. Aparece igualmente o valor referente à estabilização dos taludes e custos de manutenção". -----

-- O Senhor José João Costa disse: "referiu que as empresas que faziam parte da Mafratlântico entraram em insolvência decretada pelo tribunal. A Câmara sabe se houve arresto judicial aos bens dessas empresas? É que se foi assim o pagamento terá que ser feito a credores destas empresas. Em relação à propriedade que foi transferida indevidamente terá que vir à posse da Câmara e, possivelmente, vai ter que cobrir essa dívida ou outras que o tribunal venha a decretar com esses processos que estão pendentes por expropriação de terrenos para a construção das estradas." -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal acrescentou: "o Senhor José João Costa deu um importante contributo para esclarecimento desta matéria. No final, há-de ser apurado o tal valor que a Câmara tem de assumir, ao qual o liquidatário está atento. Para que não fique a ideia de que a Câmara tem de pagar seis milhões de euros, é preciso não esquecer que a autarquia já arrecadou, no segundo protocolo que celebrou com as Estradas de Portugal, três milhões e meio de euros, no âmbito das estradas desclassificadas que, entretanto, ficaram entregues ao município. Além disso, há quinze parcelas ainda por resolver e não sabemos qual vai ser a decisão do tribunal relativamente a estas parcelas. As despesas dos recursos que são interpostos são sempre da responsabilidade da Mafratlântico. Como tal, não posso dizer claramente qual é o valor de que estamos a falar." -----

-- Não se verificaram mais inscrições. A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea d), do artigo número um, do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, tomou conhecimento dos Relatórios de Contas do Ano de dois mil e onze das empresas Amagás – Associação de Municípios para o Gás; Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; Matadouro Regional de Mafra; Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada; Giatul – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; Mafratlântico – Vias Rodoviárias, em; e Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA. -----

-- Seguiu-se com o quinto ponto denominado **"Senhas de Presença – Parecer Jurídico sobre proposta apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária"**. -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou: "agendei este parecer e não a proposta que foi entregue pela CDU. Tratando-se de matéria que escapa completamente às competências deste órgão, qualquer deliberação que sobre ela fosse proferida seria considerada nula e seria ilegal. Por uma questão de transparência, decidi agendar o parecer jurídico que pedimos e que sufraga este entendimento que também já aqui tinha sido expresso pela mesa cessante, com o objectivo de sanar quaisquer dúvidas que, porventura, subsistissem." -----

-- Sobre esta matéria e retirando a proposta apresentada, a Senhora Dona Licínia Quitério fez uma declaração que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO CINCO. -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu: "considero que a bancada da CDU não foi muito feliz na forma como formulou a sua proposta. Espero que tenham sido coerentes nos seus actos e que tenham remetido o valor das senhas recebem, desde a primeira Assembleia em que colocaram o assunto, para a Câmara Municipal. Cada partido tem um ideário. Há um ideário que é conhecido do Partido Comunista há muitos anos, desde a sua fundação, que é o todo pelo igual. A Social Democracia Portuguesa entende que cada cidadão é diferente e cada um tem a liberdade de escolher de acordo com a sua vontade, as suas possibilidades económicas, a sua sensibilidade social, entre outras assunções. Tenho a liberdade de escolher o beneficiário, mediante o exercício das suas funções, como membro da Assembleia Municipal. Ninguém impõe nada a ninguém. Lamento que este facto se tenha prolongado por três Assembleias Municipais e não tenha sido, desde logo, esclarecido cabalmente no acto da sua proposta." -----

-- O Senhor José João Costa acrescentou: "cada parecer é ao gosto de cada um. Cortaram-lhe a sua senha de presença. O Senhor quando foi votar também votou no corte da sua senha de presença? Os funcionários públicos foram votar no corte de subsídio de Natal e férias? Não foram. Onde está a democracia? Quanto ao dinheiro, existe uma associação que é a Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas, a quem são entregues as senhas de presença que são auferidas no desempenho dos cargos autárquicos ou outros e essa associação contribui para a criação de parques de campismo, parques infantis, bibliotecas,

associações culturais, tudo o que é solicitado pelas Autarquias. Mafra já beneficiou dessa situação. Nós temos um desapego total a auferir das senhas.” -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal acrescentou ainda: “pareceres há muitos, mas Lei há só uma. Quando conseguir fundamentar, nessa altura a deliberaremos. Até lá, na lei, essa não é competência da Assembleia Municipal.” ---

-- Não houve mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Interno/ dois mil e doze/ quatro mil quatrocentos e oitenta e sete, datada de dezasete de Abril corrente, emitida no Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Mafra. -----

-- Passou-se ao sexto ponto designado: **“Eleição de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal”**. -----

-- Sobre este ponto, o Senhor Joaquim Biancard Cruz propôs a designação da Senhora Dona Paula Raposo Borges como representante da Assembleia Municipal. A referida indicação é anexada a esta acta com a designação de ANEXO SEIS. -----

-- Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo sido distribuídos os boletins de voto. A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, face ao previsto na alínea c), número um, do artigo sétimo da Portaria número mil quatrocentos e setenta e quatro/ dois mil e sete, de dezasseis de Novembro, eleger como representante na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal o seguinte membro deste Órgão Deliberativo: Doutora Paula Raposo Borges. Esta deliberação foi aprovada por escrutínio secreto, com trinta e três votos a favor, três votos contra e três abstenções. -----

-- Deu-se sequência ao sétimo ponto denominado **“Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisições de Serviços nas áreas da Educação e das Telecomunicações”**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou: “estes pedidos vêm à Assembleia no cumprimento da Lei dos Compromissos. É evidente que representam despesa, mas também receita. Julgamos mais atractivo para os concorrentes um concurso a três anos e não anual, com vantagens para a Câmara na obtenção de economias de escala”. -----

-- Não se verificaram inscrições. A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar os compromissos plurianuais constantes da Informação Interno/ dois mil e doze/ quatro mil quinhentos e cinquenta e oito emitida pela Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor do PPD/ PSD e oito do PS e cinco abstenções, um do PS, duas da CDU e duas do CDS/ PP. -----

-- Foi introduzido o oitavo ponto sobre **“Prestação de Contas do Ano Económico de 2011”**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que disse: “a prestação de contas apresenta uma execução orçamental na ordem dos oitenta por cento. O valor total da receita foi inferior em relação ao ano de dois mil e dez. Na despesa, verificamos que nas despesas correntes temos uma execução na ordem dos oitenta e quatro por cento e nas despesas de capital de quarenta e cinco por cento. Nas Grandes Opções do Plano, as funções sociais tiveram uma importância fundamental na ordem dos sessenta e sete ponto cinquenta e três por cento, ou seja, vinte e um vírgula dois milhões de euros. No que se refere ao endividamento, manteve-se sem desvios em relação a dois mil e dez, dentro dos limites legalmente previstos. Fechámos o ano de dois mil e onze com um stock de dívida de sete milhões e quatrocentos mil euros. Há uma redução em cerca de dez por cento relativamente ao ano de dois mil e dez. No entanto, temos vindo a sofrer as dificuldades resultantes da conjuntura. Neste contexto, os *spreads* têm sido alterados, o que resulta em maiores encargos, nomeadamente na parte dos juros. Em suma, houve uma realização bastante satisfatória, face a uma conjuntura tão difícil. Não colocámos no mercado qualquer tipo de património, uma vez que a própria situação não aconselha que isso seja executado.” -----

-- Usando da palavra, o Senhor António Branco referiu: "relativamente a este relatório, não tenho uma análise tão optimista e tão equilibrada. O prejuízo de dois mil e onze, de três milhões e quinhentos mil euros, deve ser analisado como uma situação continuada e negativa nos últimos três anos. Verificam-se dezanove milhões de euros de prejuízo acumulado. Convido-vos a lerem a página vinte e seis, onde estão os indicadores financeiros. A autonomia financeira tem vindo sucessivamente a agravar-se, mais acentuadamente de dois mil e nove para dois mil e dez, mas também para dois mil e onze. Os números globais são claros. Vou centrar-me nos aspectos positivos. Do lado da receita, verifica-se um crescimento de vendas e prestações de serviço, mais dois milhões e meio de euros que resultam do aumento dos valores pagos pelo saneamento em alta, resultante da renegociação de contrato de concessão com a Veolia. Relativamente à quebra de arrecadação dos impostos, quer do lado dos impostos, quer das taxas municipais, esta é de um vírgula quatro milhões de euros. Quebra também dos proveitos extraordinários e outros proveitos e ganhos financeiros, que representam três milhões de euros. Em conjunto, do lado das receitas, houve uma quebra de um vírgula nove milhões de euros. Do lado das despesas há uma redução significativa de doze vírgula oito por cento, de fornecimento e serviços externos. É um aspecto positivo. Este corte de três milhões de euros que se verificou em dois mil e onze representa doze vírgula oito por cento do total. A nível dos custos com pessoal houve uma redução de um e meio por cento. Em termos globais, significa que os custos caíram cinco vírgula sete por cento, o que corresponde a uma quebra de três milhões de euros, o que dá a diferença referida de quatro vírgula sete milhões de euros de prejuízo para três vírgula cinco. Entendemos que o resultado não é satisfatório, significa que ainda não invertemos uma situação de desequilíbrio a nível dos resultados do município, há esforços que têm que ser feitos, alguns já foram, mas não me cabe a mim estar a propor um plano de reestruturação financeira do município. Temos todos que contribuir para que o município consiga recuperar estes três anos difíceis." -----

-- O Senhor Carlos Esteves disse: "não posso deixar em branco a intervenção anterior. Fica surpreendido com a quebra das receitas da Câmara? Não me diga que é o Presidente da Câmara que é o culpado da má governação do Engenheiro Sócrates? Foi uma falta de responsabilidade de quem abandonou o país nesta situação. Não é de ficar surpreendido, mas devemos dar os parabéns à Câmara pela capacidade de resolver problemas." -----

-- O Senhor António Branco acrescentou: "utilizou o seu tempo para justificar o que se passa em Mafra em função de uma realidade externa a Mafra. O Engenheiro Sócrates foi governante deste país durante seis anos e durante três anos a Câmara apresentou resultados positivos. Está explicado como no passado a Câmara conseguiu equilibrar as suas contas e avançar com investimento." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu: "parece-me que podemos tirar as seguintes ideias: é importante a realização de receitas nas contas de dois mil e onze, como os custos foram tratados numa tentativa de redução. Há uma rubrica de amortização de treze milhões, uma rubrica de balanço. A autonomia financeira mantém-se mais constante. Vejo com bons olhos a diminuição do passivo. Há algumas atenuantes e alguns indicadores que mostram que a gestão camarária está dentro do ciclo económico que estamos a viver, de maior contenção. Refiro também obras que foram feitas no ano de dois mil e onze, a escola básica do Milharado, a escola básica do segundo e terceiro ciclos de Mafra, a requalificação urbana de freguesias, a construção e reconstrução de estradas e arruamentos, remodelação de redes de água, entre outras. No entanto, gostaria de fazer alguns avisos ao Executivo, alguns relacionados com os ênfases e reservas de auditores externos, que parece que são bastante pertinentes, entre outras situações. Este ano também se prevê que as restrições de crédito sejam as mesmas, os *spreads* continuam a agravar-se, a diminuição das receitas vai continuar a acontecer neste ano de dois mil e doze, o clima de incerteza e as restrições impostas a Portugal

pelos credores internacionais. O Executivo deve continuar numa política de contenção. Vamos votar favoravelmente as contas apresentadas.” -----

-- Não houve inscrições, pelo que se passou à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e onze, que constam dos seguintes documentos: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapa de Controlo Orçamental da Receita, Mapa de Controlo Orçamental da Despesa por Classificação Económica, Mapa de Controlo Orçamental da Despesa por Classificação Orgânica e Económica, Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano, Execução das Grandes Opções do Plano, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, Execução do Plano de Actividades Municipais, Resumo dos Fluxos de Caixa e Contas de Ordem, Fluxos de Caixa, Operações de Tesouraria, Mapa de Modificações ao Orçamento da Receita, Mapa de Modificações do Orçamento da Despesa, Mapa de Modificações à Grandes Opções do Plano, Mapa de Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos, Mapa de Modificações ao Plano de Actividades Municipais, Transferências Correntes da Receita, Transferências de Capital da Receita, Transferências Correntes da Despesa, Transferências de Capital da Despesa, Subsídios Concedidos – Despesa, Situação dos Contratos, Mapa de Empréstimos, Outras Dívidas a Terceiros, Anexos às Demonstrações Financeiras e Consolidação de Contas do ano económico de dois mil e onze acompanhados do Parecer e Certificação Legal de Contas do Auditor Externo, bem como o Relatório de Gestão do ano de dois mil e onze que constam dos seguintes documentos: Introdução, Relatório Financeiro, Situação Económico-Financeira, Proposta de Aplicação de Resultados e Relatórios de Gestão (Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, Departamento Sociocultural, Departamento de Recursos Humanos e Segurança, Departamento Jurídico, Departamento de Obras e Urbanismo e Divisão de Comunicação, Informática e Modernização Administrativa) para o ano económico de dois mil e onze. Na sequência da referida apreciação, a Assembleia Municipal votou favoravelmente os referidos documentos, que compreendem o Balanço em trinta e um de Dezembro de dois mil e onze (que evidencia um total de duzentos e setenta e quatro milhões noventa e quarenta e um mil setecentos e cinquenta e oito euros e um total de fundos próprios de duzentos e sete milhões quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e sessenta e quatro euros, incluindo um resultado líquido negativo de três milhões quinhentos e onze mil duzentos e noventa e um euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de quarenta e nove milhões novecentos e noventa e seis mil quatrocentos e trinta e um euros de despesa paga e um total de quarenta e nove milhões quinhentos e três mil oitocentos e oitenta e nove euros de receita cobrada), nos termos da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro. Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor do PPD/ PSD, um voto contra do PS e doze abstenções, oito do PS, duas da CDU e duas do CDS/ PP. -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia o prolongamento da reunião após a meia-noite. O pedido de prolongamento foi aceite, pelo que se prosseguiu com os pontos da ordem de trabalhos. -----

-- Passou-se ao nono ponto sobre **“Modificação aos Documentos Previsionais – 1.ª Revisão”**. -----

-- O Senhor Vice-Presidente referiu: “esta revisão diz respeito à transferência do saldo da gerência anterior. O valor apurado do ano transacto foram de sete milhões e noventa mil euros e que vai ser redistribuído por duas rubricas que se criaram.” -

-- No uso da palavra, o Senhor Alves Pardal disse: “vemos, do lado da receita, alterações substanciais devido a uma verba referente à venda de imóveis. Nós alertámos, em devido tempo, para uma verba excessiva no que concerne à venda de imóveis, nomeadamente terrenos. O Executivo na altura defendeu-se, mas o CDS tinha razão. Agora vemos aqui uma redução drástica e significativa da rubrica

de venda de terrenos. A expectativa do negócio gorou-se substancialmente. Agora, estamos curiosos para saber a que diz respeito esta expectativa de alienação, no montante de dois milhões seiscentos e noventa e dois mil euros?" -----

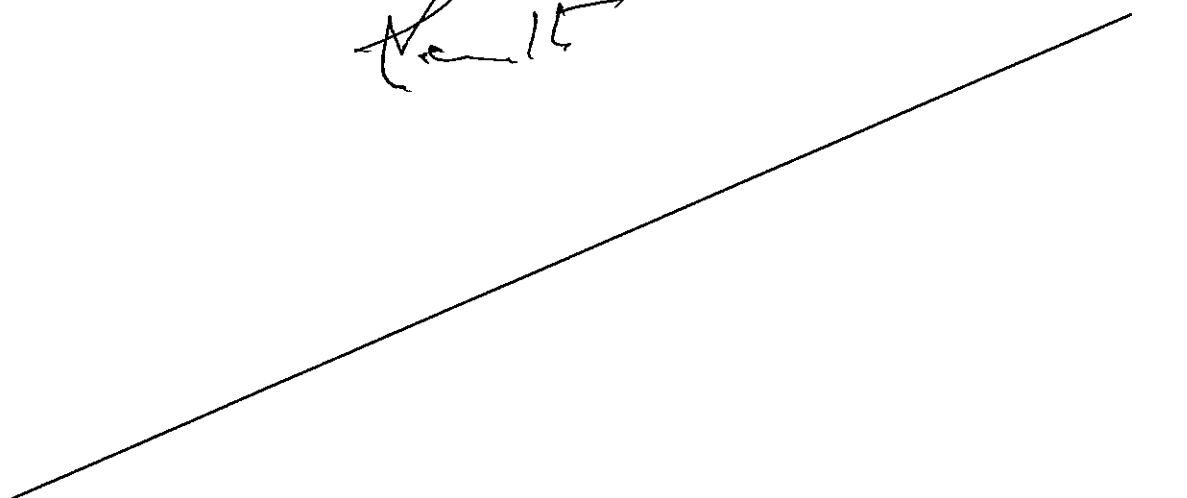
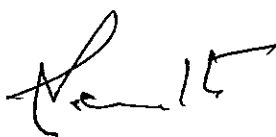
-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo: "é fácil fazer juízos de valor sem conhecimento de causa. Eu tinha convencimento perfeito de que as perspectivas de compradores para o património que queríamos alienar iam acontecer." -----

-- Não se verificaram mais inscrições, pelo que se procedeu à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea b) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, aprovar a quarta Modificação aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e doze: Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, com a inscrição no montante de dez milhões quatrocentos e noventa mil setecentos e vinte e cinco euros e a diminuição no montante seis milhões trezentos e nove mil novecentos e vinte euros, Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa com as inscrições/ reforços no montante de seis milhões setecentos e quarenta e dois mil novecentos e cinquenta euros e diminuições no montante de dois milhões quinhentos e sessenta e dois mil cento e quarenta e cinco euros, Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos com os reforços no montante de quatro milhões cinquenta mil setecentos e cinquenta e cinco euros e diminuições no montante de um milhão setecentos e setenta e três mil trezentos e cinquenta e cinco euros e a diminuição no montante de quatrocentos e setenta mil euros. A deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor do PPD/ PSD e treze abstenções, nove do PS, duas do CDS/ PP e duas da CDU. -----

-- Foi solicitada à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, a qual foi aceite. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**. Não se verificaram inscrições, pelo que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a segunda sessão ordinária do ano de dois mil e doze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam catorze minutos das vinte e quatro horas do dia vinte e sete de Abril de dois mil e doze. -----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Américo José Oliveira Peralta, e pela Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----





Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Mafra

Lista Candidata à Mesa da Assembleia Municipal de Mafra

Presidente: Paula Raposo Borges

1º Secretário: Américo José Oliveira Peralta

2º Secretário: Cristina Lucília Gonçalves Loureiro

Mafra, 26 de Abril de 2012



Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Mafra

Lista Candidata à Mesa da Assembleia Municipal de Mafra

Termo de Aceitação

Eu, Paula Raposo Borges, portadora do Bilhete de Identidade nº 9556926, aceito encabeçar a lista candidata à Mesa da Assembleia Municipal de Mafra, hoje, na eleição a realizar no dia 26 de Abril de 2012.

Assinatura:

Mafra, 26 de Abril de 2012



Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Mafra

Lista Candidata à Mesa da Assembleia Municipal de Mafra

Termo de Aceitação

Eu, Américo José Oliveira Peralta, portadora do Cartão do Cidadão nº 06923870, aceito integrar a lista candidata à Mesa da Assembleia Municipal de Mafra, encabeçada pela cidadã Paula Raposo Borges, portadora do Bilhete de Identidade nº 9556926, na eleição a realizar no dia 26 de Abril de 2012.

Assinatura: _____

Mafra, 26 de Abril de 2012



Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Mafra

Lista Candidata à Mesa da Assembleia Municipal de Mafra

Termo de Aceitação

Eu, Cristina Lucília Gonçalves Loureiro, portadora do Cartão do Cidadão nº 08101340, aceito integrar a lista candidata à Mesa da Assembleia Municipal de Mafra, encabeçada pela cidadã Paula Raposo Borges, portadora do Bilhete de Identidade nº 9556926, na eleição a realizar no dia 26 de Abril de 2012.

Assinatura: Cristina Lucília Gonçalves Loureiro

Mafra, 26 de Abril de 2012



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Aprovado por unanimidade
Paulo Raposo Sá
26.4.12

VOTO DE LOUVOR

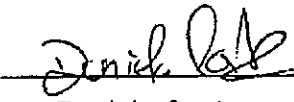
A bancada do PPD/PSD da Assembleia Municipal de Mafra vem propor a esta Assembleia um voto de louvor pela forma ímpar e democrática como o cidadão e mafrense Sr. Dr. Joaquim Sardinha, exerceu as funções de Presidente da Assembleia Municipal, nos seguintes Mandatos:

1. 1998-2001, com início em 02 Janeiro de 1998;
2. 2002-2005, com início em 03 Janeiro de 2002;
3. 2005-2009, com início em 28 de Outubro de 2005;
4. 2009-2013, com início em 30 de Outubro de 2009;

até ao seu pedido de renúncia ao presente mandato a 28 de Fevereiro último.

Mafra, 26 de Abril de 2012

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD


Daniela Costa



SAUDAÇÃO

Trinta e oito anos passaram sobre o dia mais claro das nossas vidas. Anos de saber a Liberdade, como se desde sempre ela nos tivesse sido permitida, feita ar que se respira ou água de beber. Anos de falar dos sonhos nascidos, dos sonhos perdidos, dos sonhos traídos, dos sonhos ainda e sempre renovados, que com todos temos vivido e convivido neste tempo de duas gerações crescerem.

Trinta e oito anos passaram e as sombras adensam-se para matarem os sonhos. Gente baça, mesquinha, desonesta, desapiedada, serviu-se da liberdade e da democracia, tão penosamente conquistadas, para aviltar o poder, os poderes, dando cadeira à ganância e à corrupção, num festim de alarvidade e esbanjamento, na intenção do esmagamento da alegria, da esperança, comprometendo o futuro, a vida.

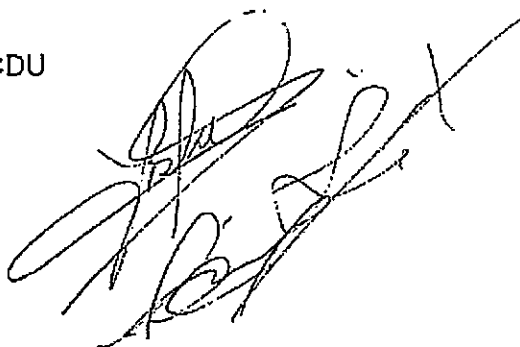
Recordamos o entusiasmo desse Abril redentor em que se cultivaram os valores da amizade, da fraternidade, da ajuda desinteressada, do empenhamento em fazer, em construir, em prol do bem estar das comunidades. Tudo faremos para a recuperação do valor ~~de~~ de ser, em detrimento do valor de ter, assumidos e praticados num tempo limpo em que tomámos nas mãos e nos corações o destino coletivo de um povo, de um país.

Apesar das sombras malévolas, persistentes, a semente de Abril descansa sob a terra fértil, aguardando a nova Primavera, a tal que os provisórios deuses do dinheiro tanto temem. E com razão. Ela virá!

VIVA O 25 de ABRIL!

Mafra, 26 de Abril de 2012

OS ELEITOS DA CDU

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

25 de Abril - Trinta e Oito anos depois

Celebraram-se ontem os 38 anos sobre a “revolução dos cravos”, data da libertação de Portugal do jugo de um Estado autoritário e repressivo.

38 anos volvidos podemos questionar-nos sobre a continuidade das ideias subjacentes a Abril, por que muitos lutaram, morreram e sofreram e pelas quais um valoroso punhado de militares arriscou as suas carreiras. Estará a Democracia em risco? Poderia, a este propósito, fazer uma retrospectiva histórica recuando à grande crise que afetou a Europa e o mundo no final dos anos 20 e que teve um desfecho dramático para a história da humanidade. Não o farei porque acreditamos que não; a Democracia não está em perigo.

Há, contudo, uma atitude de arrogância e de desprezo para com a expressão da vontade do povo, pilar da Democracia.

O desrespeito para com o povo é bem evidente quando nos deparamos com a conversão dos seres humanos em números, fruto duma visão liberal redutora e economicista, contra o Estado Social e a proteção das franjas mais desfavorecidas da população. Tal visão reflete-se claramente na atitude do poder central para com a educação (a exigência de mais alunos por turma e maior carga horária para os professores não é claramente o caminho da aposta na qualidade do ensino) e com a saúde, onde prevalece uma atitude de ataque permanente e sistemático ao Serviço Nacional de Saúde.

Esta preocupação governamental pelos números, ao abrigo da qual nos impõem mais e mais políticas de austeridade, não constitui, no entanto, preocupação dominante no que respeita aos trabalhadores, que são confrontados cada dia que passa com novos despedimentos e situações de pobreza, expressos em níveis crescentes de desemprego e no empobrecimento generalizado da população portuguesa.

A atitude governamental de responsabilização da população portuguesa pelo défice das contas públicas e pela dívida do Estado, da banca e das empresas não tem correspondência, para além da justificação para a introdução de novas medidas de austeridade sob a capa das exigências da Troika, com a assunção da sua

responsabilidade na condução de uma política económica que não promove o crescimento e desenvolvimento do país, pelo contrário acentua a quebra do rendimento.

Por fim, não queremos deixar de fazer um alerta muito especial para todos nós, enquanto membros de uma instituição autárquica. Estou a referir-me ao ataque do poder central às instituições de proximidade que são as autarquias locais, sobretudo ao nível das freguesias, num momento em que as populações mais precisariam de encontrar apoio ao seu isolamento e envelhecimento, agravado pelo crescente empobrecimento que a crise tem vindo a potenciar.

Neste contexto, o poder local, e o reforço das suas valências nas áreas sociais - que foram uma conquista de Abril, não pode deixar de assumir as suas responsabilidades e de exigir os recursos adequados às suas atribuições, no quadro de uma reforma administrativa justa e ao serviço dos munícipes.

É, por isto, essencial que continuemos na senda de um Estado justo, igualitário e solidário, que garanta a dignidade do cidadão.

Devemos por isso continuar a lutar pela renovação dos ideais de Abril.

Viva o 25 de Abril!

Viva a liberdade!

DECLARAÇÃO

Agradecemos o trabalho que tiveram sobre o tema. Entendemos que um parecer é apenas isso - um parecer, uma opinião com os fundamentos que coligiu. Ora, no mesmo sentido ou em sentido contrário, poderíamos obter um sem número de pareceres.

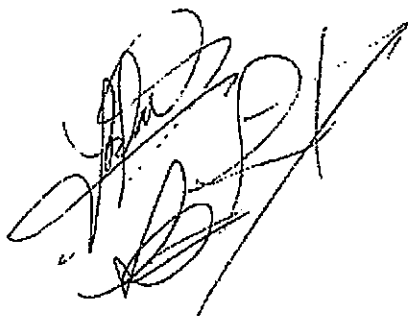
Como devem ter percebido, não é esse o nosso caminho. O nosso caminho é moral, é ético, é o da nossa íntegra disponibilidade para servir a população.

Esta proposta teve o mérito de pôr a claro, desde o primeiro momento, as posições desta Assembleia. Cumpriu assim o seu desígnio.

Retiramo-la, agora, mais seguros ainda das nossas convicções.

Mafra, 26 de Abril de 2012-04-26

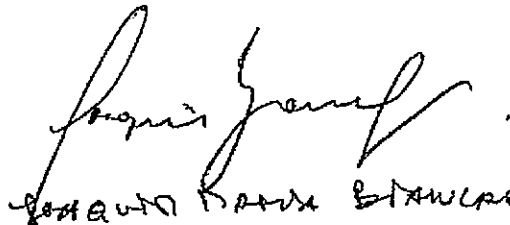
Os eleitos da CDU



Grupo do PPD/PSD na Assembleia
Municipal de Dafnã

PARA REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA
REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
INDICAMOS A SRA D^{MA} PAULA ^{RAPOSO} BORGES
portadora do B.LHOTO DE IDENTIFICAÇÃO Nº 9556926

Pelo Grupo do PPD/PSD


JOAQUIM PAULO BRANCO LUZ

Dafnã, 26 DE ABRIL DE 2012.